



Independent member

Morison Global

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO
DO AUDITOR INDEPENDENTE**

APIMEC AUTORREGULAÇÃO

São Paulo, 08 de fevereiro de 2022

À
**ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS E PROFISSIONAIS DE INVESTIMENTO DO MERCADO
DE CAPITAIS PARA AUTORREGULAÇÃO – APIMEC AUTORREGULAÇÃO**
São Paulo - SP

Atenção da Sra. Lucy Sousa

Prezados Senhores

Estamos encaminhando a V.Sas. 02 (duas) vias de nosso relatório contendo as Demonstrações Financeiras da **ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS E PROFISSIONAIS DE INVESTIMENTO DO MERCADO DE CAPITAIS PARA AUTORREGULAÇÃO – APIMEC AUTORREGULAÇÃO** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento adicional necessário, subscrevendo-nos.

Atenciosamente,

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES.
CRC 2SP033482/O-3

Vagner Alves de Lira
CT CRC Nº 1SP 222941/O-8

**ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS E PROFISSIONAIS DE INVESTIMENTO
DO MERCADO DE CAPITAIS PARA AUTOREGULAÇÃO – APIMEC
AUTOREGULAÇÃO**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**

Páginas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	2
--	----------

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço Patrimonial	5-6
---------------------------	-----

Demonstração do Resultado do Exercício	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	8
--	---

Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	9
---------------------------------------	---

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
--	-----------

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da

**ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS E PROFISSIONAIS DE INVESTIMENTO DO MERCADO DE
CAPITAIS PARA AUTORREGULAÇÃO – APIMEC AUTORREGULAÇÃO**

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS E PROFISSIONAIS DE INVESTIMENTO DO MERCADO DE CAPITAIS PARA AUTORREGULAÇÃO – APIMEC AUTORREGULAÇÃO**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, às demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS E PROFISSIONAIS DE INVESTIMENTO DO MERCADO DE CAPITAIS PARA AUTORREGULAÇÃO – APIMEC AUTORREGULAÇÃO** em 31 de dezembro de 2021 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas e às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- i. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 31 de janeiro de 2022.

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES.
CRC 2SP033482/O-3

Vagner Alves de Lira
CT CRC Nº 1SP 222941/O-8

ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS E PROFISSIONAIS DE INVESTIMENTO DO MERCADO DE CAPITAIS PARA AUTORREGULAÇÃO – APIMEC AUTORREGULAÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em Reais)

		2021	2020
ATIVO	Nota		
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	1.127.453	1.038.414
Créditos a Receber	4	-	121.457
Total do Circulante		1.127.453	1.159.871
Não Circulante			
Créditos a Receber	4	52.949	63.747
Imobilizado	5	20.447	8.840
Intangível		77	77
Total do Não Circulante		73.473	72.664
Total do Ativo		1.200.926	1.232.535

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS E PROFISSIONAIS DE INVESTIMENTO DO MERCADO DE CAPITAIS PARA AUTORREGULAÇÃO – APIMEC AUTORREGULAÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em Reais)

		2021	2020
PASSIVO	Nota		
Circulante			
Contas a Pagar	6	3.761	66.616
Obrigações Trabalhistas e Previdenciária	7	63.990	68.598
Obrigações Tributárias	8	8.063	31.610
Adiantamentos Recebidos	9	31.783	2.873
Total do Circulante		107.597	169.697
Patrimônio Líquido	10		
Patrimônio Social		1.062.838	544.297
Superávit do Exercício		30.491	518.541
Total do Patrimônio Líquido		1.093.329	1.062.838
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.200.926	1.232.535

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS E PROFISSIONAIS DE INVESTIMENTO DO MERCADO DE CAPITAIS PARA AUTORREGULAÇÃO – APIMEC AUTORREGULAÇÃO

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em Reais)**

	Nota	2021	2020
Receitas Operacionais			
Contribuições das Regionais	11	-	1.000
Taxa de Credenciamento	11	1.159.999	874.410
Certificações	11	1.323.298	1.659.834
Multas de Supervisão		12.560	-
Reversão de Provisões		-	58.900
Receitas Financeiras	16	32.400	6.254
Gratuidades e Trabalho Voluntário	15	101.416	437.315
Total das Receitas Operacionais		2.629.673	3.037.713
Despesas Operacionais			
Despesas com Pessoal	12	(635.417)	(623.174)
Despesas Administrativas	13	(1.509.687)	(1.115.849)
Depreciação e Amortização		(4.999)	(5.267)
Impostos e Contribuições		(197.427)	(212.405)
Despesas com Ocupação		(131.733)	(99.796)
Despesas com Eventos e Exames		(2.043)	(15.301)
Despesas Financeiras	16	(16.460)	(10.065)
Gratuidades e Trabalho Voluntário	15	(101.416)	(437.315)
Total das Despesas Operacionais		(2.599.182)	(2.519.172)
Superávit do Exercício		30.491	518.541

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS E PROFISSIONAIS DE INVESTIMENTO DO
MERCADO DE CAPITAIS PARA AUTORREGULAÇÃO – APIMEC AUTORREGULAÇÃO**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em Reais)**

	Patrimônio Social	Superávit Exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	291.808	252.489	544.297
Transferência para Patrimônio Social	252.489	(252.489)	-
Superávit do Exercício	-	518.541	518.541
Saldos em 31 de dezembro de 2020	544.297	518.541	1.062.838
Transferência para Patrimônio Social	518.541	(518.541)	-
Superávit do Exercício	-	30.491	30.491
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.062.838	30.491	1.093.329

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS E PROFISSIONAIS DE INVESTIMENTO DO
MERCADO DE CAPITAIS PARA AUTORREGULAÇÃO – APIMEC AUTORREGULAÇÃO**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em Reais)**

	2021	2020
Atividades Operacionais		
Superávit do Exercício	30.491	518.541
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades pelas atividades operacionais		
Reversão Perdas Estimadas - Credores de Liquidação Duvidosa	-	(58.900)
Depreciação e Amortização	4.999	5.267
Superávit do Exercício Ajustado	35.490	464.908
(Aumento) e Redução do Ativo		
Créditos a Receber	132.255	(39.119)
Aumento e (Redução) do Passivo		
Contas a Pagar	(62.855)	(1.732)
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	(4.608)	(6.749)
Obrigações Tributárias	(23.547)	8.826
Adiantamentos Recebidos	28.910	(7.705)
Fluxo de Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	105.645	418.429
Atividades de Investimentos		
Aquisição de Imobilizado	(16.606)	-
Fluxo de Caixa Consumido nas Atividades de Investimentos	(16.606)	-
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	89.039	418.429
Demonstrado como Segue:		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	1.038.414	619.985
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	1.127.453	1.038.414
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	89.039	418.429

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS E PROFISSIONAIS DE INVESTIMENTO DO MERCADO DE CAPITAIS PARA AUTORREGULAÇÃO – APIMEC AUTORREGULAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais para Autorregulação – APIMEC AUTORREGULAÇÃO, é uma Associação civil sem fins lucrativos, fundada em 17 de junho de 1988, que tem por finalidade o credenciamento dos analistas e profissionais de investimento e a supervisão de suas atividades, nos termos da Instrução CVM nº 598, de 3 de maio de 2018. Os profissionais de investimento deverão exercer suas atividades de acordo com o previsto no Código de Conduta Apimec, observando-se, ainda, o quanto previsto no PEC – Programa de Educação Continuada Apimec. A supervisão das atividades profissionais de investimento será exercida por meio do Conselho de Supervisão do Analista de Valores Imobiliários, podendo ser instaurado procedimento administrativo para apuração de prática de eventuais infrações, com a aplicação, ao final, das penalidades cabíveis, assegurados os direitos de contraditório e ampla defesa, conforme disciplinado no Código dos Processos Apimec, compreendendo-se, dentre as suas atividades, as seguintes:

- a) Promover a regulamentação e autorregulação da atividade de Profissional de Investimento;
- b) Promover o credenciamento do analista de valores mobiliários, nos termos das Instruções CVM em vigor;
- c) Fiscalizar as práticas dos profissionais certificados e dos não certificados, tomando as devidas providências para eventuais penalizações pela Apimec Autorregulação e/ou pelos órgãos reguladores;
- d) Editar alterar o Código de Conduta Apimec e o Código dos Processos Apimec, bem como quaisquer outras normas e padrões a serem observados pelos analistas e profissionais de investimento;
- e) Aplicar as penalidades cominadas pela Superintendência de Supervisão do Analista de Valores Mobiliários, pelo Conselho de Supervisão do Analista de Valores Mobiliários ou por uma das Turmas do Conselho de Supervisão do Analista de Valores Mobiliários aos analistas e profissionais de investimento.
- f) Apoiar a realização conjunta de seminários, congressos, eventos, projetos, pesquisas, trabalhos e iniciativas de relevo para os associados;

Em caso de dissolução da Apimec Autorregulação, o patrimônio será obrigatoriamente revertido em benefício da Apimec Brasil. A Assembleia Geral especificamente convocada para deliberar sobre a dissolução da Apimec Autorregulação e a destinação de seu patrimônio deverá ser instalada com a presença de representantes de 60% de seus associados, que deliberarão por maioria de votos.

Em 30/12/2020 foi registrada a ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29/10/2020, que deliberou e aprovou:

- i. alteração da denominação social;
- ii. alteração do endereço da sede;
- iii. demissão, a pedido, de associados e ingresso de novos associados;
- iv. deliberação e aprovação de um novo Estatuto.

A Administração da Associação aprovou a conclusão destas demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2022.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. BASE PARA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidades sem Finalidade de Lucros" ("ITG 2002 (R1)"), combinada com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.255/09, que aprovou a NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada em razão de não existirem valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o superávit do exercício é igual ao superávit abrangente total.

b. Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Entidade é o Real (R\$). Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em reais com centavos suprimidos, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Apuração do Resultado

As receitas e despesas estão registradas pelo regime de competência do exercício.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes incluem caixa, saldos em conta movimento e aplicações financeiras prontamente resgatáveis e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

c. Imobilizado

O Ativo Imobilizado é reconhecido pelo custo de aquisição, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são depreciados de forma linear ao longo de sua vida útil estimada pelas taxas de depreciação consideradas adequadas pela Administração.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefício econômico futuro resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o preço da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

d. Intangível

O intangível está contabilizado pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada. Os softwares utilizados pela Entidade são amortizados durante o período de cinco anos.

e. Avaliação do valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor recuperável contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

f. Obrigações Tributárias

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Entidade está isenta do pagamento de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, conforme estabelece a alínea “c”, do inciso VI, do § 150 da Constituição Federal. Também, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Associação, de acordo com as Leis nº 9.718/1998 e 10.833/2003, sujeitando-se ao pagamento da mesma sobre suas demais receitas.

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/1997.

g. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

h. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Entidade.

i. Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Caixa	52	369
Bancos Conta Movimento	34.269	223.962
Aplicações Financeiras	1.093.132	814.083
Total	1.127.453	1.038.414

Representam os saldos disponíveis da Associação em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e não há nenhum tipo de restrição à sua movimentação.

As aplicações financeiras são realizadas com instituições financeiras de primeira linha e refletem as condições usuais de mercado. Estão substancialmente compostas por aplicações em Fundos DI de Renda Fixa referenciados no CDI (Certificados de Depósito Interbancário).

4. CRÉDITOS A RECEBER

	2021	2020
Apimec São Paulo	-	63.747
Adiantamentos (a)	52.949	48.449
Adiantamento Apimec São Paulo	-	11.008
Adiantamento Apimec Distrito Federal	-	51.000
Prêmio Apimec/IBRI	-	11.000
Total	52.949	185.204
Circulante	-	121.457
Não Circulante	52.949	63.747

(a) Adiantamentos realizados para realização do XXV Congresso Apimec, com expectativa de realização em 2023.

5. IMOBILIZADO

a) Composição

	2021			2020	
	% Taxas	Custo	Depreciação acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Móveis, Máquinas e Utensílios	10	32.385	(31.677)	708	1.343
Instalações	10	32.356	(29.449)	2.907	4.568
Sistema de Comunicação	20	1.886	(1.886)	-	-
Sistema de Processamento	20	36.030	(19.198)	16.832	2.929
Benfeitoria em Propriedade de 3ºs	10	11.707	(11.707)	-	-
Total		114.364	(93.917)	20.447	8.840

b) Movimentação do Imobilizado

Descrição	2020	Adições	Baixas	2021
Custo	97.758	16.606	-	114.364
Móveis, Máquinas e Utensílios	32.385	-	-	32.385
Instalações	32.356	-	-	32.356
Sistema de Comunicação	1.886	-	-	1.886
Sistema de Processamento	19.424	16.606	-	36.030
Benfeitoria em Propriedade de Terceiros	11.707	-	-	11.707
Depreciação Acumulada	(88.918)	(4.999)	-	(93.917)
Móveis, Máquinas e Utensílios	(31.042)	(635)	-	(31.677)
Instalações	(27.788)	(1.661)	-	(29.449)
Sistema de Comunicação	(1.886)	-	-	(1.886)
Sistema de Processamento	(16.495)	(2.703)	-	(19.198)
Benfeitoria em Propriedade de Terceiros	(11.707)	-	-	(11.707)
Total	8.840	11.607	-	20.447

6. CONTAS A PAGAR

	2021	2020
Fundação Getúlio Vargas	-	43.816
Prepona Sistemas de Testagem e Avaliação S.A.	-	18.077
Anbima	3.159	3.693
Outras Contas a Pagar	602	1.030
Total	3.761	66.616

7. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	2021	2020
Provisão de Férias e Encargos	50.058	54.114
INSS a recolher	10.430	10.852
FGTS a recolher	3.502	3.632
Total	63.990	68.598

8. OBRIGAÇÕES TIBUTÁRIAS

	2021	2020
IRRF a Recolher	6.982	6.708
PIS a Recolher	438	644
RTF a Recolher	255	1.390
ISS a Recolher	-	9.060
COFINS a Recolher	388	13.808
Total	8.063	31.610

9. ADIANTAMENTOS RECEBIDOS

Refere-se, basicamente, ao saldo a pagar do mútuo com a Apimec Brasil.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é constituído pelas contribuições iniciais das regionais, acrescido ou diminuído respectivamente do superávit ou déficit inerente às atividades da Entidade de cada exercício social.

11. RECEITAS E CONTRIBUIÇÕES

Estão representadas pelas contribuições mensais das regionais, taxas de Credenciamento trimestrais, inscrições nos exames e emissões de Certificados dos Programas de Certificação Nacional dos Profissionais de Investimentos e de Gestores de Regime de Previdência Fechada.

12. DESPESAS COM PESSOAL

	2021	2020
Salários e Ordenados	(395.389)	(390.290)
Benefícios ao Pessoal	(96.354)	(96.510)
Encargos Sociais	(143.674)	(136.374)
Total	(635.417)	(623.174)

13. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2021	2020
Assessoria de Informática	(30.000)	(30.000)
Condução/Estacionamento	(9.308)	(10.374)
Viagens e Representações	(856)	(35.550)
Telefones e Comunicações	(12.812)	(15.193)
Assistência Contábil	(50.669)	(52.720)
Auditoria	(20.979)	(10.563)
Assistência Jurídica	(95.930)	(81.544)
Serviços Prestados – PJ	(1.154.930)	(516.029)
Refeições e Lanches	(699)	(751)
Serviços Comunicação/Internet	(74.393)	(77.164)
Tarifa Bancária Cobrança	(34.681)	(53.041)
Contribuições	(13.892)	(13.418)
Publicações	-	(64.360)
Material de Escritório	(420)	(1.503)
Perdas sobre Subvenções	-	(102.000)
Outras	(10.118)	(51.639)
Total	(1.509.687)	(1.115.849)

14. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A Entidade efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos nos processos contenciosos que surgem no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, com base na opinião dos seus assessores jurídicos.

A avaliação e classificação da chance de perda entre provável, possível e remota, efetuada a partir desse trabalho, determina os casos passíveis de constituição de provisão, sendo provisionadas somente as contingências classificadas como prováveis, em montantes considerados necessários para cobrir os eventuais gastos que possam advir do desfecho dos referidos processos.

De acordo com os assessores jurídicos, a Entidade não possui em 2021 e 2020 processos avaliados como perda provável que requer registro ou perda possível que requer divulgação.

15. GRATUIDADES E TRABALHO VOLUNTÁRIO

Conforme determinado pela ITG 2002 (R1), para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a Associação identificou e mensurou todo o valor de gratuidade e trabalho voluntário por ela recebida durante os exercícios de 2021 e 2020.

Os valores de gratuidade e trabalho voluntário foram reconhecidos com base em valores de mercado correspondentes à cada um dos serviços recebidos e estão assim sumarizados:

Em 31 de dezembro de 2021

	Horas	R\$
Serviços Prestados	52	101.416
Total	52	101.416

Em 31 de dezembro de 2020

	R\$
Serviços Prestados	402.426
Remuneração do Conselho	34.889
Total	437.315

Os montantes acima foram contabilizados em contas específicas de receita e despesa operacional na demonstração do resultado e sem o desembolso financeiro correspondente.

16. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2021	2020
Receitas Financeiras		
Rendimentos de Aplicações Financeiras	32.400	6.254
Total	32.400	6.254
Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	(4.384)	(8.222)
Juros e Multas	(103)	(146)
IRRF e IOF	(11.973)	(1.697)
Total	(16.460)	(10.065)
Resultado Financeiro Líquido	15.940	(3.811)

17. RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

- Imposto de renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);

18. COMPROMISSOS

No encerramento dos exercícios de 2021 e 2020, a Associação não possui outros contratos ou compromissos futuros que requeiram divulgação nas demonstrações financeiras.

19. EFEITOS DA PANDEMIA – COVID 19

A rápida propagação da epidemia da COVID-19 causou a paralisação de vários setores produtivos, fragilizando a economia mundial. Em diversos países, as empresas foram forçadas a interromper ou limitar as operações por períodos longos ou indefinidos, resultando em uma desaceleração econômica.

No sentido de mitigar o impacto dos potenciais efeitos e consequências que poderiam advir no futuro, associadas, basicamente, aos seus colaboradores, aos programas de certificação e à manutenção do credenciamento de analistas, a Apimec passou a adotar os seguintes procedimentos:

- medidas para atuação dos colaboradores por meio remoto;
- implementação tecnológica para a realização e registro oficial de reuniões virtuais;
- política de divulgação sobre medidas de prorrogação de prazos para manutenção das certificações;
- manutenção do processo de inscrição nos exames de certificação, garantindo agendamento em momento adequado, sem prejuízo ao candidato;
- manutenção de todos os valores e taxas vinculadas ao processo de certificação;
- estabelecimento de protocolos de segurança nos Centros de Testes, conforme recomendações e orientações do Ministério da Saúde.

Com o recrudescimento da Pandemia com novas variantes, a Apimec salienta que segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema para que decisões tempestivas possam ser tomadas, visando minimizar seus reflexos.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

- Alteração do Endereço da Sede Social da Associação

A Associação decidiu por transferir, a partir do mês de janeiro de 2022, suas dependências e atividades para um novo endereço (Rua Libero Badaró, 300 – 2º Andar, São Paulo/SP, CEP 01008-000), mesmo endereço da sede da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais do Brasil – APIMEC BRASIL, para tanto, foram celebrados entre as partes, em 01 de novembro de 2021, o Contrato Particular de Comodato, com início na data de sua assinatura; e o Contrato Particular de Compartilhamento de Despesas, com início no dia 01 de janeiro de 2022. A deliberação sobre a alteração do endereço dar-se-á na Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no mês de março do presente exercício social.

- Baixas do Ativo Imobilizado

Em virtude do acima descrito a Administração decidiu por revisar e inventariar todo o Ativo Imobilizado da Associação e, em 26/01/2022, promoveu a baixa de todos os bens considerados obsoletos ou doados, bem como aqueles que apresentavam falta de expectativa de benefícios econômicos futuros, em conformidade com o CPC 27 - Ativo Imobilizado e a NBC TG 1001 Seção 17 – Ativo Imobilizado, no montante de R\$ 43,4 mil, assim sumarizados:

Descrição	2021	Baixas	Depreciação Acumulada	Valor Residual	% Baixado
Móveis, Máquinas e Utensílios	32.385	26.097	26.097	424	82
Sistema de Comunicação	1.886	600	(600)	-	32
Sistema de Processamento	36.030	4.568	(4.568)	-	13
Benfeitoria em Propriedade de 3º	11.707	11.707	(11.707)	-	100
Total	82.008	43.397	(42.972)	424	32